

# Réplica a Harding Meyer

Gerhard Tiel

As observações críticas de Harding Meyer a respeito de meu artigo consistem em uma crítica central, três pontos principais com argumentos parcialmente diversos e duas “questões menores” que ele queria deixar de lado, mas não deixou. No que se segue vou me orientar por essa estrutura.

## 1. Crítica Central

Escreve Harding Meyer:

A tese central do artigo não deixa nada a desejar em termos de incisividade: *o ecumenismo da Federação Luterana Mundial está errado porque se orienta por um objetivo errado, a saber, pela concepção da “unidade na diversidade reconciliada”*.

Tal tese não foi formulada nem é defendida por mim.

Conseqüentemente, Harding Meyer está equivocado se supõe que meus argumentos pretendam apoiar tal tese. (Citação: A “tese sonora” de Tiel “padece de uma fundamentação deplorável.”) Ao invés de formular uma “tese central”, prefiro descrever a preocupação central do ensaio:

A ecumenicidade da FLM se movimenta em torno de dois temas: a “eclesiologia da comunhão” no sentido da comunhão de púlpito e altar, e a tentativa de *reconciliar* mutuamente ambos os modelos (unidade na diversidade reconciliada e comunhão conciliar). *Ambos* (!) os modelos são apresentados por mim, juntamente com os questionamentos críticos mais importantes, para, numa última parte (IV.3), oferecer algumas indicações de como poderia se parecer a reconciliação de ambos os modelos. De fato sou de opinião que essa tarefa, colocada na Assembléia Geral da FLM em Budapeste, até hoje não está resolvida de modo satisfatório.

## 2. Pontos Principais

1. Crítica Harding Meyer:

A idéia da “unidade na diversidade reconciliada” é “originária” dos países do capitalismo ocidental” e defende um “capitalismo ecumênico”.

Harding Meyer refere-se com isso ao ponto IV.c de meu ensaio, onde, como se pode depreender das notas, procuro resumir a posição de Ulrich Duchrow e de Julio de Santa Ana. Resumo meu modesto comentário sobre

essas teses, que se ouvem com freqüência na América Latina, com a expressão “colonialismo ecumênico” (e não, como reza a leitura equivocada de Harding Meyer, “capitalismo ecumênico”): “o modelo da unidade na diversidade reconciliada encontra-se *sob suspeita* de representar um ‘colonialismo ecumênico’” (p. 247). De resto, remeto ao conhecido ensaio de José Miguez Bonino intitulado “Einheit zwischen Hoffnung und Geschichte; Blick auf die ökumenische Bewegung aus der Perspektive der Dritten Welt” (*Ökumenische Rundschau*, 31[3]:326ss., 1982).

Além disso, escreve Harding Meyer sob *ad 1*:

A idéia de que a unidade da Igreja só pode ser uma “unidade na diversidade” de modo algum é uma concepção defendida só pelas “federações confessionais”, como afirma o autor (...). Essa idéia é tão antiga quanto o próprio movimento ecumênico e jamais foi questionada seriamente nele.

A palavrinha “só”, que não consta nesta passagem em meu ensaio, faz efetivamente uma diferença essencial. Não entendo por que Harding Meyer me atribui uma afirmação tão absurda. Como mostra o contexto da seção IV.1 de meu ensaio, o fato de a expressão “na diversidade” estar em negrito serve para ressaltar que, para as federações confessionais, a “diversidade” sempre estava ligada também à diversidade das tradições confessionais. Para provar isso, menciono uma testemunha insuspeita: Harding Meyer, “Einheit in versöhnter Verschiedenheit” — “konziliare Gemeinschaft” — “organische Union”, *Ökumenische Rundschau*, 27(3):377ss., 1978.

Se, portanto, para as federações confessionais a “diversidade” significa também (!) diversidade das tradições confessionais, então surpreende-me a afirmação de Harding Meyer de que a unidade na diversidade “jamais foi questionada seriamente nele (i. é, no movimento ecumênico)”. Não foi o próprio Harding Meyer que, no ensaio mencionado acima, ocupou-se muito seriamente com o modelo da “união orgânica”? E não foi até a Assembléia Geral do Conselho Mundial de Igrejas realizada em Nairóbi, em 1975, que, retomando a famosa fórmula de unidade de Nova Délhi, falou de uma “união orgânica” e a designou “como uma espécie de morte (...) da identidade denominacional”? (Hanfried Krüger e Walter Müller-Römfeld, eds., *Bericht aus Nairobi 1975*, p. 30.)

2. Escreve Harding Meyer sob *ad 2*:

A maneira como o autor chega à idéia de que “reconciliação” significaria “deixar as coisas como estão” é um enigma.

Como Harding Meyer consegue depreender isso de meu texto é um enigma muito maior para mim. A expressão “deixar como está” aparece uma única vez em meu ensaio: na p. 246. Lá cito uma análise brilhante de P. Norgaard-Hojen: “Essa concepção quer, por assim dizer, demais a um só tempo: por um lado, quer ver tudo modificado; por outro, porém, também quer que tudo fique como está.” (In: *Einheit der Kirche; neue Entwicklungen und Perspektiven; Festschrift zum 60. Geburtstag von Harding*

Meyer, p. 85.) Portanto, P. Norgaard-Hojen critica o *método* do modelo com argumentos que considero muito ponderáveis.

No mais, concordo com a exposição de Harding Meyer no ponto *ad 2*.

3. Completamente incompreensível para mim é a crítica feita por Harding Meyer no ponto 3 (e, correspondentemente, no ponto *ad 3*). Cito primeiramente sua crítica:

A idéia de uma “unidade na diversidade reconciliada” “procura concretizar unidade ‘de cima para baixo’”, ao invés de fazê-lo “de baixo para cima” (p. 245).

Mesmo após ler várias vezes a p. 245 não consigo entender como alguém pode depreender algo assim dela. Critico mais uma vez o *método de trabalho* do modelo “unidade na diversidade reconciliada”. A exigência “preferencialmente de baixo para cima” não se encontra no texto. Além disso, ousou perguntar: afinal, quem realiza os diálogos bilaterais e multilaterais? E quem publica os resultados? Acaso é a tão evocada base? E: por que será que a base não acolhe os resultados dos diálogos? Harding Meyer tem razão: o ecumenismo tem a ver com a Igreja *toda*. Meu modesto pedido é apenas que também os especialistas ecumênicos levem seriamente em consideração os anseios e a prática ecumênica da base.

Além disso, escreve Harding Meyer sob *ad 3*:

Tiel (...) certamente não tem razão se acha que esse problema poderia ser resolvido simplesmente optando por um dos modelos de unidade que se oferecem hoje.

Como foi mostrado, em meu ensaio não se trata de optar por um determinado modelo (neste sentido concordo com as observações feitas por Harding Meyer na última parte de seus “retoques”), mas, antes, de levar a sério a tarefa oriunda de Budapeste (ligar “unidade na diversidade reconciliada” e “comunhão conciliar” uma com a outra).

No final de seus “retoques” Harding Meyer menciona ainda dois “equivocos” menores de minha parte:

a) O equívoco de Tiel ao afirmar que a Assembléia Geral da FLM realizada em Budapeste teria “expressamente rejeitado” falar de uma comunhão conciliar na diversidade reconciliada (p. 251)...

É provável que Harding Meyer não tivesse à mão naquele momento os textos de Budapeste. Na nota 39 (p. 251 de meu ensaio) remeto ao relatório oficial de Budapeste. Ali, na p. 231, o grupo de trabalho 4 recomenda: “A descrição sugerida (...) descreve a unidade buscada ao ligar mutuamente (...) as preocupações fundamentais de ambas as concepções — ‘unidade na diversidade reconciliada’ e ‘comunhão conciliar’ —, *prescindindo conscientemente dessa terminologia* (...)” (Grifo meu.) Conseqüentemente, essa terminologia não aparece na declaração sobre “O Alvo da Unidade” acolhida pela Assembléia por sugestão do grupo de trabalho 4.

Também aqui Harding Meyer lê meu texto de modo errado: *não* escrevi na p. 251: “Essa tentativa lingüística (...) foi expressamente rejeitada *pela* Assembléia da FLM em Budapeste”, mas: “(...) *na* Assembléia (...)”.

b) O equívoco de Tiel ao afirmar que “uma anulação dos juízos de condenação (...) atinge também as próprias confissões” (p. 246).

Como já mencionei, cito na p. 246 uma análise, a meu ver excelente, de Peder Norgaard-Hojen extraída do volume publicado em homenagem a Harding Meyer. Infelizmente não sei se Harding Meyer também enviou alguns “retoques” a Norgaard-Hojen...

Realmente, os “retoques” de Harding Meyer também não me deixam feliz. O que me irrita é sobretudo o estilo (citações: “preconceitos e insinuações”; “Teria sido bom que o autor tivesse aprendido um pouco [...]”; “fundamentação deplorável”; “falsificação consciente”, etc.).

Será que o debate a respeito dos modelos de unidade também tem que seguir o método “de cima para baixo”?

São Leopoldo, abril de 1990.

Tradução: Luís M. Sander